

Terra produtiva continua a dividir Constituinte



Os líderes de Covas estão certos de que têm número suficiente para vencer, mas temem a reação da ala coordenada por Sant'Anna, do Centrão e do Governo



Fotos: Josemar Gonçalves

Está praticamente assegurada a aprovação, hoje à tarde, do texto alternativo do relator Bernardo Cabral ao capítulo que trata

da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária. A disputa em plenário, no entanto, deverá ficar por conta do destaque do Centrão que impede a desapropriação da propriedade produtiva que não esteja cumprindo a sua função social. Para tornar a votação da matéria mais representativa, as lideranças do PMDB e do PFL ainda deverão tentar, até o momento que antecede à abertura da sessão, firmar um acordo sobre a matéria. Em troca do apoio dos pefelistas, à proposta de Bernardo Cabral, os peemedebistas votariam a favor do requerimento do Centrão de destaque para votação em separado do dispositivo que prevê a desapropriação do imóvel produtivo que fugir à sua função social.

O destaque obrigaria à liderança do PMDB e às esquerdas a obterem os 280 votos para manter no texto do relator a possibilidade de desapropriação do imóvel produtivo. Apesar do mecanismo não interessar às esquerdas, esta seria a única maneira de aprovar a reforma agrária com uma margem de votos que a tornaria representativa da maioria da Constituinte.

Majoria

Segundo o vice-líder do PMDB, deputado Antônio Brito (RS), independentemente do acordo, os dez partidos que defendem a proposta de Bernardo Cabral têm 310 votos, aproximadamente, para a aprovação da reforma agrária. A estimativa da liderança é que das 334 assinaturas à emenda do líder Mário Covas, que prevê a desapropriação do imóvel produtivo que não esteja cumprindo a sua função social — quase que idêntica ao texto do relator —, no máximo 24 votariam pela rejeição da proposição de Cabral, em plenário.

Mesmo na liderança do PMDB, é tido como certo que a única chance de incluir no texto constitucional a reforma agrária ficará por conta da aprovação da proposta do relator. Apesar do apoio de 334 constituintes, a emenda Mário Covas dificilmente terá 280 votos na hipótese do plenário derrotar a proposição do deputado Bernardo Cabral.

"Não acho que a reforma agrária ficará fora da nova Constituição", previa ontem o líder do PMDB, para quem o acordo em torno do texto do relator é tão razoável que foi apoiado por dez dos doze partidos na Constituinte, ficando fora apenas o PFL e o PL.

Richa alerta para reação do meio rural

São Paulo — O senador José Richa (PMDB-PR) disse ontem que não pode haver nem vencidos nem vencedores na questão da reforma agrária da Constituinte. Segundo ele, com isso haveria um sério risco de se colocar fogo em um barril de pólvora, como se referiu ao meio rural. Richa enfatizou ainda a necessidade urgente de se chegar a um acordo sem radicalismos, acreditando que a melhor forma seja votar a favor do texto proposto pela Comissão de Sistematização.

"O atual texto induz as propriedades a produzirem e também protege a propriedade que já é produtiva. Isso é o ideal. Os detalhes devem ser decididos mais tarde, através das leis ordinárias", afirmou Richa.

Richa não acredita que se tenha caracterizado um clima de confronto entre os poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, numa alusão às declarações do presidente Sarney no programa «Conversa ao Pé do Rádio» da última sexta-feira. Segundo ele, o que acontece é um «rosário de lamentações».

"O governo deveria se queixar menos e trabalhar mais. Além disso, o Judiciário deve ser sempre respeitado, porque quando isso não acontece mais, certamente haverá o caos", enfatizou.

Para ele, as eleições para a presidência da República devem acontecer ainda este ano, já que a crise que o País enfrenta é muito grave e o governo não tem mais legitimidade.

Arquivo 5/4/88



Bouchardet é primeiro punido

Campeão de faltas perde Cz\$ 104 mil

O deputado Mário Bouchardet (PMDB/MG), apontado como o campeão de faltas na Assembleia Constituinte, receberá o seu contracheque referente ao pagamento de abril com um desconto de Cz\$ 104 mil. Ele foi o único parlamentar a ter quatro ausências consecutivas registradas pela mesa da Constituinte, que resolveu adotar o desconto nos salários como forma de punir os parlamentares que faltarem às sessões da Assembleia.

A medida consiste em punir o parlamentar que faltar a quatro dias consecutivos, ou sete alternados, com um desconto de 1/30 por dia de falta. Como a decisão da mesa passou a vigorar no dia 26 de abril, e a contabilidade fecha a folha de pagamento no dia 30, ficaram valendo apenas os últimos quatro dias do mês como referência para saber quem seria punido. O único parlamentar a ser enquadrado foi exatamente Mário Bouchardet (PMDB/MG).

Sepúlveda pede ao STF ação contra Aníbal

O procurador-geral da República, José Paulo Sepúlveda Pertence, solicitou ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) a autuação do inquérito policial que apurou a participação do ex-ministro Aníbal Teixeira em irregularidades na Secretaria do Planejamento (Seplan). Este é o primeiro passo para que o procurador-geral venha a solicitar a abertura de um processo.

Hoje o processo será distribuído a um dos 11 ministros relatores do Tribunal para que sejam tomadas todas as providências. O procurador só poderá apresentar a denúncia quando a Polícia Federal revisar a perícia e a análise técnica dos projetos.

Polêmica sobre aposentadoria e saúde já mobiliza parlamentares

Antes mesmo de terminar a votação do capítulo que trata da reforma agrária, os constituintes já estão se mobilizando para negociar o título VIII do projeto de Constituição, em que há oito capítulos com uma série de questões polêmicas, como o sistema unificado da saúde, aposentadoria integral para o trabalhador, com a garantia de reajuste; reserva de mercado para a informática e descentralização do sistema de previdência social.

O senador Almir Gabriel (PMDB-PA), que foi o relator da Comissão da Ordem Social, vem se reunindo com parlamentares de várias tendências na Constituinte para garantir acordos em torno das questões polêmicas. A partir de amanhã essas negociações se intensificam, pois o plenário deve começar a apreciar o título da Ordem Social ainda esta semana.

Almir Gabriel foi encarregado pela liderança do PMDB na Cons-

tituinte para coordenar as negociações relativas à seguridade, previdência social e saúde. Segundo ele, ainda há 8 pontos polêmicos no capítulo que trata da seguridade social, que engloba a saúde, a previdência social e a assistência social. Na seção que trata da previdência social, por exemplo, há um tema que vai provocar bastante debate no plenário — a aposentadoria por tempo de serviço. A questão está, de acordo com o senador, em se estabelecer com que salário o trabalhador poderá se aposentar, com a média dos últimos 36 meses, ou do último ano da ativa.

Saúde

Na saúde o debate também será intenso, pois o projeto da Comissão de Sistematização implanta o sistema unificado sob a competência exclusiva do Estado, e o Centrão defende a participação da iniciativa privada. O senador Almir Gabriel

exploração mineral nas terras indígenas e controle tecnológico.

Mas Pimentel considera que os acordos sairão mais rapidamente na Ordem Social, devido aos temas "Menos divergentes existentes no último título da Constituinte, ao que resta ainda as disposições gerais e transitórias."

"Passada a fase de negociação da reforma agrária, a Constituinte andará com mais agilidade. Todos nós estamos interessados em terminá-la o mais breve possível", complementa Pimentel.

"Ordem social sairá rápido"

O título da Ordem Social, para o deputado federal Paulo Pimentel, (PFL-PR) se "resolverá mais rapidamente do que a Ordem Econômica", devido aos temas

"Menos divergentes existentes no último título da Constituinte, ao que resta ainda as disposições gerais e transitórias."

Os assuntos polêmicos que o deputado prevê dificuldades maiores de entendimento são os seguintes: verbas públicas somente para o ensino público e para a rede hospitalar pública de saúde;

salienta que neste capítulo ainda há pontos polêmicos como a execução das ações de saúde, que a esquerda quer que seja atribuição do Poder Público e o «Centrão» deseja que seja complementada por entidades privadas. O mesmo acontece com os recursos públicos destinados ao setor. Os progressistas querem que sejam destinadas só para as entidades públicas e os centristas desejam que também possam ser canalizados para a iniciativa privada.

Antecipando-se às negociações, grupos lobistas já começam a se mobilizar no Congresso para influenciar as votações. Ontem os dirigentes do Sindicato dos Médicos de Campinas procuravam os parlamentares que estão negociando a Ordem Social. O objetivo deles é manter o texto da Sistematização que estabelece o sistema único de saúde. (Luiz Eduardo Costa).

Arquivo 22/01/87



Pimentel: acordos adiantados

Reforma sai da Carta se PMDB perder

Se as emendas substitutivas do relator Bernardo Cabral e do PMDB não obtiverem hoje 280 votos, a nova Constituição não terá um capítulo sobre a reforma agrária. Esse resultado será uma severa derrota para a liderança do PMDB e a esquerda, porque o parágrafo 6º do artigo 38 da nova Constituição, já aprovado, estabelece que as desapropriações serão sempre pagas em dinheiro, salvo os casos ressalvados no texto constitucional.

Não havendo capítulo sobre reforma agrária, a ressalva de que as desapropriações no campo serão pagas com títulos de Dívida Agrária, resgatáveis em vinte anos, que constava do projeto, desaparecerá. Ou seja, as indenizações terão de ser feitas em dinheiro, o que, em termos práticos, inviabiliza qualquer processo de reforma agrária de expressão no País.

"Se isso correr, só teremos uma saída: tentar suprimir no segundo turno, o parágrafo do artigo 6º, que estabelece que as indenizações serão em dinheiro. Ai tudo ficará como está hoje no Estatuto da Terra", disse o deputado Vicente Bogo (PMDB-RS), ligado ao movimento dos sem-terra.

Tarefa difícil

Se o texto de Cabral ou do PMDB for aprovado, mas o Centrão conseguir suprimir o parágrafo que prevê a desapropriação da terra produtiva que não cumpra sua função social, a UDR poderá comemorar uma espetacular vitória. A alternativa possível no segundo turno para o PMDB e a esquerda seria a de apresentar emenda para suprimir o inciso II do artigo 219, — ou seja, cortar a expressão «propriedade produtiva» do dispositivo que define as terras insuscetíveis de reforma agrária. Será uma tarefa praticamente impossível, bem mais difícil do que a de reunir 280 votos hoje para subordinar a propriedade produtiva a uma função social.

Maus lençóis

Se, ao contrário, a aliança do PMDB e da esquerda for vitoriosa, o Centrão e a UDR é que estarão em maus lençóis no segundo turno. Tudo que poderão fazer será tentar a supressão da frase que determina que as terras produtivas que não cumpram sua função social serão passíveis de desapropriação. Nesse caso, também será muito mais difícil vencer no segundo turno do que hoje.

Destaques do Centrão minam função social

Dos dois destaques apresentados ontem à noite pelo Centrão, o primeiro visa a suprimir o dispositivo que permite a desapropriação da propriedade produtiva que não esteja cumprindo sua função social, como prevê o texto alternativo do relator Bernardo Cabral.

O destaque pretende retirar a expressão "cuja inobservância permitirá a sua desapropriação, nos termos do artigo 218. O texto completo a que se refere o destaque é o seguinte: "Parágrafo único — A lei garantirá tratamento especial à propriedade produtiva e fixará normas para o cumprimento dos requisitos relativos à sua função social, cuja inobservância permitirá a sua desapropriação, nos termos do artigo 218". Este artigo trata da desapropriação para fins de reforma agrária.

Em relação à emenda do líder do PMDB, senador Mário Covas (SP), que trata do mesmo assunto, o Centrão quer suprimir a expressão "sob pena de torná-la passível de desapropriação, nos termos do artigo 218. O texto completo da emenda é o seguinte: "Parágrafo único — A lei garantirá tratamento especial à propriedade produtiva, fixando normas para satisfação das exigências relativas à função social, sob pena de torná-la passível de desapropriação, nos termos do artigo 218".

Medo de ganhar de pouco

A proposta de acordo do PFL dividiu as opiniões nas lideranças do PMDB e dos partidos de esquerda. Apesar de terem como certa a aprovação — por 310 votos — do texto do relator Bernardo Cabral, que remete para lei ordinária a desapropriação em terras produtivas, os peemedebistas questionavam os riscos das reações políticas da aprovação de uma reforma agrária com tão poucos votos favoráveis. Avaliaram também que se aceitassem a proposta do PFL aprovariam a reforma agrária com quase 500 votos, mas correriam o risco de não conseguir derrubar o destaque de votação em separado do PFL que proibe a desapropriação das terras produtivas.

Apesar de ter amargado sucessivas derrotas durante as votações do Título da Ordem Econômica e de não ter conseguido 280 assinaturas de apoio para sua emenda coletiva que tinha conteúdo igual ao do destaque de votação em separado (DVS), a liderança do PFL conseguiu ontem acuar a liderança do PMDB. Isso porque quando um grupo apresenta esse tipo de destaque, remete o ônus de ter a maioria àqueles que defendem a manutenção do texto já apreciado. Por exemplo: caso seja fechado o acordo, o PMDB terá que manter no plenário os mesmos votos que aprovaram a íntegra do texto de Cabral. Se não alcançar os 280 votos mínimos, o PFL, é o vitorioso e tem suprimido do texto o trecho que diz que "a inobservância da função social permitirá a desapropriação".

O intenção do PFL em apresentar um destaque de votação em separado, ao invés de um destaque simples — onde a votação obriga-o a ter maioria

não preocupava no início da tarde de ontem as lideranças progressistas. Segundo o regimento interno, as votações subsequentes ao "buraco negro" não seguem as normas habituais. Tanto é que nessa fase não são admitidos os destaques individuais.

Para resolver o problema, o deputado Ulysses Guimarães reuniu ontem de tarde, em seu gabinete, o relator Bernardo Cabral, o senador José Fogaça (PMDB-RS) e o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE). O representante pefelista deixou claro, desde o início, que o seu partido não estava pedindo uma interpretação do regimento e sim uma decisão política da mesa e das lideranças. Com essa argumentação, o presidente da Constituinte, permitiu que a solução fosse encontrada via negociação.

Fogaça, que também representava o PMDB, defendeu o acordo, sob a alegação de que se o partido não tivesse 280 votos para rejeitar o DVS, certamente não os teria para aprovar o texto de Cabral, pois forçaria o confronto em uma etapa "desnecessária". O temor de alguns peemedebistas era também o de que a ameaça de obstrução dos pefelistas se concretizasse e, com isso, caíssem no buraco branco — a futura Constituição não trataria do assunto.

Com 334 assinaturas de apoio a sua emenda coletiva, que é praticamente o mesmo texto do relator, o senador Mário Covas e seus vice-líderes começaram ontem a checar os constituintes que não romperão o acordo de lideranças. Desse resultado depende a decisão do PMDB que será apoiado por todos os partidos de esquerda. (Carmen Kozak)

Sant'Anna prevê apoio à proposta de Cabral

Os líderes do Governo trabalharão pela aprovação do texto do relator Bernardo Cabral para a reforma agrária, com exceção do dispositivo que permite a desapropriação de terras produtivas. Foi isso que afirmaram na manhã de ontem os líderes Carlos Sant'Anna (PMDB-BA) e José Lourenço (PFL-BA), depois de se encontrarem com o presidente Sarney no Palácio da Alvorada.

Segundo Sant'Anna, a proposta de Cabral coincide praticamente em tudo com a sugerida pelo ministro da Reforma Agrária, Jäder Barbalho, com exceção da

falta de garantia às propriedades produtivas. O dispositivo que permite a desapropriação caso a propriedade, mesmo considerada produtiva, não cumpra todos os requisitos que caracterizam sua função social, deve ser suprimido, com a aprovação do destaque.

Para o líder do Governo, o proprietário que não cumprir todos os requisitos de função social da terra pode ser punido pela justiça de várias maneiras, menos a desapropriação. Para ele, esta posição é majoritária dentro da Constituinte.